



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1646, de 2019, do Poder Executivo, que "estabelece medidas para o combate ao devedor contumaz e de fortalecimento da cobrança da dívida ativa e altera a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, a Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996" - PL164619

REQUERIMENTO N.º , DE 2019 (Do Senhor Tadeu Alencar)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Especial o pedido ora formulado de realização de audiência pública com a presença do Sr. Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (inciso II do § 2º do art. 58 da CF/88) e regimentais (inciso III do art. 24 e arts. 255 a 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Especial o pedido ora formulado de REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, com a participação do Sr. Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), para debater os fundamentos e os impactos do Projeto de Lei nº 1.646, de 2019, do Poder Executivo, que estabelece medidas para o combate ao devedor contumaz e de fortalecimento da cobrança da dívida ativa e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 1.646, de 2019, sobre o qual se debruça a presente Comissão Especial, propõe uma série de medidas voltadas a coibir a atuação dos chamados devedores contumazes e a fortalecer a cobrança da dívida ativa, no intuito de aumentar a aderência dos contribuintes ao cumprimento espontâneo de suas obrigações fiscais e também dotar o Estado de mecanismos mais eficientes para promover a execução forçada dessas mesmas obrigações.

Tendo em vista a amplitude dos impactos dessa proposição sobre a economia do país e o sistema jurídico, proponho, como forma de fomentar o adequado debate da matéria, a realização de audiência pública que conte com a participação do Presidente da Associação dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Juízes Federais do Brasil (Ajufe), o Sr. Fernando Marcelo Mendes. Com a participação do Sr. Presidente da Ajufe, acredito que esta Comissão poderá refletir de maneira mais aprofundada tanto sobre os fundamentos quanto sobre os impactos da medida enviada pelo Poder Executivo.

Dessa maneira, requeiro o apoio dos eminentes pares no sentido da aprovação do presente Requerimento e do convite ao Sr. Presidente da Ajufe, para que apresente a esta Comissão Especial a sua visão a respeito do Projeto de Lei nº 1.646, de 2019.

Sala de Sessões, 21 de agosto de 2019.

Deputado Federal Tadeu Alencar

PSB/PE